



ACÓRDÃO Nº1117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11680/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Cleunildo de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6500/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência do Município de Maués-SISPREV, de responsabilidade do **Sr. Cleunildo de Oliveira Alves**, Ordenador de despesas, referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c”, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, “a” e art. 188, §1º, “b” e “c”, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Cleunildo de Oliveira Alves**, Diretor Presidente do Fundo de Previdência do Município de Maués, no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos



ACÓRDÃO Nº1117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 1º, XXVI, 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. (Impropriedades constantes dos Achados de nºs 3a, 10a, 11,12,13,14, listadas no Relatório Conclusivo de nº 05/2019-DICERP, bem como listadas no Relatório/Voto).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 140, inciso IV, da Resolução TCE/AM de nº 04/2002:

- 10.3.1.** Que na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, providencie de imediato o disposto no art. 5º da Portaria MPS nº 204/08, a fim de cumprir os critérios e exigências para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do Município de Maués;
- 10.3.2.** Que na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, providencie de imediato o recolhimento das contribuições patronal e dos servidores, exercício 2017, expressos na planilha desta restrição, conforme arts. 2º, II, 41, I e III, da Lei Municipal nº 119/2005; Lei Municipal nº 188/2010; e Decreto Municipal nº 002/2014;
- 10.3.3.** O recolhimento imediato dos juros e correção monetária da contribuição patronal das competências de janeiro a Novembro/2017, recolhidas em atraso, conforme disposto art. 42, §8º, §9º, Lei Municipal nº 119/2005;
- 10.3.4.** Que na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, promova, de imediato, a cobrança, junto à Prefeitura, do cumprimento da Lei Municipal nº 287/2017, a fim de atenuar o déficit previdenciário do SISPREV/MAUÉS;
- 10.3.5.** Que promova, de imediato, a realização de concurso público do SISPREV junto à Prefeitura de Maués, a fim de se fazer cumprir o disposto na Lei Municipal nº 218/2012;
- 10.3.6.** Que observe, rigorosamente, as previsões do artigo 38 da Lei 8.666/93;



ACÓRDÃO Nº1117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.7. Que observe os princípios da razoabilidade, moralidade e eficiência, no momento em que for planejar as atividades da Autarquia, que serão realizadas fora de sua sede;

10.4. Determinar que seja enviada cópia do Relatório Conclusivo da DICERP para Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI / Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS - Ministério da Previdência Social - MPS Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Ed. Anexo, Ala A, Sala 450 CEP 70.059-900 - Brasília DF.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral